

Internações por infarto crescem 229% em Mato Grosso em 14 anos

Da Redação

O número de internações por infarto aumentou impressionantes 229% em Mato Grosso, conforme levantamento divulgado pelo Instituto Nacional de Cardiologia (INC). Somando os 141 municípios do estado, a média mensal saltou de 739 casos em 2008 para 2.294 em 2022, com maior incidência entre os homens. Também conhecido por ataque cardíaco, o infarto agudo do miocárdio decorre da súbita interrupção do fluxo sanguíneo causado, por exemplo, por placas de gordura que acabam por entupir as veias coronarianas.

Entre os fatores de risco, prevalece o aumento da obesidade causada pelo sedentarismo, alimentação inadequada e excesso de sódio, além do tabagismo, diabetes e a exposição ao calor ex-

cessivo, que faz subir a pressão cardíaca.

“É preciso considerar também que a população está envelhecendo. Já a maior prevalência entre homens revela a falta de ações preventivas junto à população masculina, resultando numa expectativa de vida menor em relação às mulheres”, explica a cardiologista Aletheia Scheffer.

Indicadores apontam que a saúde cardiovascular também piorou entre os jovens.

“Esta faixa etária é mais desatenta aos sintomas, demorando a desconfiar. Entre as principais causas está a exposição desde cedo aos alimentos ultraprocessados; o consumo de anabolizantes e cigarros – inclusive os eletrônicos que antecipam em até 15 anos as doenças cardiovasculares. Porém, são todos fatores controláveis”, alerta a car-



Gilberto Leite

diologista, lembrando que as meninas vivem mais por apresentarem hábitos, em geral, equilibrados e realizarem exames desde a juventude.

“O aumento do número de infartos foi verificado em todas as regiões do país, independentemente do tamanho e densidade populacional, nível de

urbanização, desenvolvimento econômico-social e renda per capita, ou condições climáticas”, afirma Dra. Aurora Issa, Diretora do INC.

O levantamento é ancorado em registros do Ministério da Saúde (2008 a 2022) e situa Mato Grosso entre os 10 estados com maior elevação.

Janaína quer acabar com racha

Gilberto Leite



Da Redação

A deputada estadual Janaína Riva afirmou que o impasse resolvendo o comando do diretório municipal do MDB em Cuiabá deve ser resolvido ainda no começo deste mês. Em conversa com jornalistas nesta quarta-feira, 3 de janeiro, a deputada afirmou que buscará a formação de um consenso com o grupo do prefeito Emanuel Pinheiro para evitar o esvaziamento da agremiação na capital.

O MDB de Cuiabá está sem presidente desde novembro do ano passado, devido a uma disputa interna entre os grupos de Janaína e Emanuel. A própria deputada chegou a ser cotada para presidir a sigla, mas o grupo do prefeito fez uma articu-

lação em Brasília para tentar colocar o deputado federal Emanuel Pinheiro Neto, o Emanuelzinho, no comando.

“A nossa previsão é que [a reunião] seja ainda nessa primeira quinzena. O Bezerra está chegando de viagem agora, o Emanuelzinho já está aqui, nós nos falamos por mensagem também, e nós vamos reunir o partido aqui em Cuiabá”, afirmou.

“Nós ainda vamos trabalhar tentando um consenso. A gente sabe que é difícil, eles têm um nome, nós temos outro, mas nós ainda vamos continuar tentando esse consenso dentro do partido”, emendou.

Janaína descartou qualquer possibilidade de a executiva nacional do partido intervir na

situação, impondo um nome para comandar o diretório municipal. Ela reconheceu que os deputados federais têm uma importância grande dentro de qualquer partido, mas enfatizou que uma imposição poderia levar ao esvaziamento da sigla, o que seria prejudicial para o MDB.

“Aqui no partido a gente não se ilude com isso. A gente sabe que o importante para o partido é deputado federal. Então, naturalmente, se dependesse exclusivamente da nacional, a prioridade era 100% dele. O que acontece hoje é que a presença hoje, de uma figura imposta na presidência, deixaria o partido à mingua, o partido ficaria sem ninguém”, analisou.

A deputada considera que o MDB Cuiabá vive um momento muito delicado, atingido pelos problemas que afetaram a gestão de Emanuel, e avalia que a melhor solução para o partido seria um acordo entre os dois grupos, para tentar ‘reoxigenar’ a sigla.

“Que tenha um lado nosso, um lado deles, mas que a gente tente encontrar o melhor caminho para a subsistência do partido em Cuiabá. Vocês sabem que está, porque o partido hoje tem o prefeito, que está em uma situação muito complicada, as pesquisas mostram isso... então, é uma situação muito delicada aqui em Cuiabá, que a gente tem que tentar minimizar os danos o máximo que a gente puder”, concluiu.

Não vendemos boias, vendemos segurança para seu pandinha.

Unidade Shopping Estação Cuiabá-MT

EDITORIAL

O futuro se constrói agora

São cada vez menores as chances de a humanidade evitar um desastre planetário decorrente das mudanças climáticas, cujos sintomas já começam a ser sentidos em várias partes do mundo, com secas e chuvas recordes. Para muitos, os riscos parecem distantes, como uma distopia cinematográfica, restrito aos fóruns de debates, universidades e organizações não governamentais. Esse 'negacionismo climático' é até compreensível, principalmente no Brasil, país tão abençoado com terras férteis e clima fa-

vorável para o cultivo, a terra onde "em se plantando, tudo dá" como já relatava Pero Vaz de Caminha em sua primeira carta a Portugal.

Acontece que assim como o vírus que causou a pandemia de covid-19, as mudanças climáticas se aproximam de nós de forma praticamente imperceptível. E como já sabemos, a natureza se impõe sem piedade. Os efeitos da crise climática estão cada vez mais próximos e tendem a aumentar nos próximos anos, como uma doença que começa com uma pequena dorzinha e logo se torna in-

sustentável. É o que aponta o relatório mais recente do Painel Intergovernamental sobre o Clima (IPCC), relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Neste novo levantamento, a organização se dedicou a avaliar as vulnerabilidades naturais e socioeconômicas dos países às mudanças climáticas, em uma tentativa de se adiantar aos impactos regionais e traçar medidas para mitigá-los. E o cenário é nada alentador. A previsão geral para o globo é de uma queda na produção de alimentos, um problema e tanto para um mundo cuja população continua crescendo em ritmo acelerado.

Sobre a situação específica do Brasil, o IPCC aponta risco de queda substancial na produção agrícola, o que tende a aumentar a situação de insegurança alimentar em todo o mundo. Em 2021, uma pesquisa da ONU apontou que 116,8 milhões de brasileiros (cerca de 55% da população) já lidavam com algum grau de insegurança alimentar, não por causa da seca ou das enchentes, mas por falta de dinheiro. As mudanças climáticas tendem a agravar esse problema.

O IPCC aponta ainda que há um risco crescente de uma crise humanitária devido à migração da população da região Nordeste, comumente afetada por eventos climáticos adver-

sos, que devem se tornar cada vez mais frequentes. Os 'refugiados do clima' vão disputar trabalho, moradia e alimentos mais ao sul, aumentando a pressão sobre as terras agrícolas do país.

Essa é a realidade prevista para o Brasil, se nada for feito para mudá-la. Seguimos como um carro desgovernado em direção ao abismo, mas ainda é possível desviar dessa rota de colisão. Para isso, cada um de nós deve se atentar ao seu papel na construção de um futuro mais sustentável, além de cobrar de nossas autoridades que façam sua parte para garantir que nossos filhos e netos tenham um mundo para viver, como nós vivemos.

G20, Banco Central e tokenização

Cássio Krupinsk (*)

A estruturação de ativos tem sido um campo desafiador, em que muitos agentes têm possibilidades limitadas devido aos empecilhos do mercado, que acaba favorecendo grandes corporações. A transição de agentes autônomos para corretoras, por exemplo, enfrenta barreiras significativas, desde os altos custos associados à carga tributária até a complexidade do processo de estruturação.

No entanto, uma nova abordagem está emergindo como um facilitador nesse espaço: a tokenização de ativos, que vem ganhando força no mundo todo, principalmente no Brasil. O país, em 2024, sediará as reuniões do G20 e pautará justamente o potencial desse setor e a necessidade de as nações atuarem conjuntamente em um sistema interoperável.

A tokenização não é apenas uma tendência, mas também catalisadora de mudanças profundas na forma como entendemos e lidamos com ativos financeiros. Um recente relatório da Swift ilustra a crescente confiança no potencial da tokenização, revelando que 97% dos investidores institucionais acreditam

que a tecnologia revolucionará a gestão de ativos.

Tom Zschach, diretor de inovação da Swift, enfatiza a importância da conexão perfeita entre instituições financeiras para desbloquear o potencial máximo da área. Esse é um ponto crítico, já que a integração com todo o ecossistema financeiro é essencial para o sucesso da transição.

Jenny Johnson, CEO da Franklin Templeton Investments, destacou durante o Fortune Global Forum, em Abu Dhabi, o alto interesse da empresa na tokenização, vislumbrando um potencial significativo no setor financeiro de maneira mais ampla. A companhia tem explorado ativamente esse campo, liderando a criação de um mercado monetário tokenizado para otimizar acordos atômicos e maximizar as oportunidades emergentes.

O interesse global na tokenização também é evidente na emissão massiva de cerca de US\$ 4 bilhões em obrigações tokenizadas nos últimos anos. Instituições oficiais como o Banco Europeu de Investimento, o Banco Central da Tailândia, entidades governamentais em Hong Kong, na Suíça e nos Estados Unidos contribuíram significativamente para

esse crescimento, representando mais da metade das emissões.

Aqui, o Drex segue avançando e a nova consulta pública aberta pelo Banco Central sobre as Vasps também aborda novos caminhos para esse mercado regulamentado.

A grande vantagem da tokenização reside na sua capacidade de simplificar a estruturação de ativos, reduzir custos e democratizar o acesso ao investimento por meio da propriedade fracionada. Essa abordagem não apenas cria novas oportunidades para agentes autônomos e outras entidades, mas também oferece um cenário mais inclusivo e eficiente para investidores de todos os portes.

No Brasil, é possível transformar ainda mais esse mercado, aproveitando suas oportunidades e atingir, em 2024, a marca de R\$ 2,2 bilhões de ativos tokenizados. Ao tornar a tokenização acessível e eficaz, capacitando-se agentes autônomos e outras entidades a transcenderem as barreiras tradicionais rumo a um novo horizonte de possibilidades.

Com a crescente adoção e o apoio de importantes instituições financeiras, a tokenização está pavimentando o caminho para um futuro em que a estruturação de ativos será

mais ágil, acessível e lucrativa para todos os envolvidos.

*CÁSSIO KRUPINSK é CEO da BLOCKBR – blockbr@nbpress.com.br. A BLOCKBR é uma fintech especializada em criar infraestrutura para simplificar a migração para a tokenização, atendendo às demandas de um ambiente altamente regulamentado. Especializada em áreas jurídicas, financeiras e tecnológicas, sua missão é capacitar o mercado para crescer, movimentar e acessar diversas fontes de capital por meio da interoperabilidade entre ativos digitais e investidores. A empresa acredita na inovação ao investir, gerenciar ativos de crédito e levantar dívidas por meio de uma infraestrutura baseada em blockchain, tornando as operações mais eficientes, seguras e indispensáveis. Os serviços oferecem agilidade e praticidade, permitindo que os clientes se concentrem na originação e distribuição de ativos, enquanto a fintech cuida da estruturação e do acesso às ofertas. Para mais informações, acesse: www.blockbr.com.br ou @blockbr_.



Os cinco erros dos OKRs

Pedro Signorelli (*)

É normal que muitas pessoas achem que os OKRs - Objectives and Key Results (Objetivos e Resultados Chaves) -, são apenas mais um método para ser complementado. Na verdade, é um processo de mudança cultural, pois para que a ferramenta entregue os resultados a que se propõe, são necessárias mudanças culturais, que não acontecem da noite para o dia.

Neste sentido, uma gestão por OKR possui muitos benefícios, mas não pode e nem deve ser implementada sem conhecimento prévio, sob pena de jogar todo o esforço fora. Por essa razão, a partir dos erros que eu mesmo cometi, resolvi fazer uma lista com os cinco erros mais comuns que costumam acontecer durante a implantação do método e que precisam ser evitados:

1. Atribuir responsabilidade do programa de implementação a um gerente do projeto e não a um CEO: Para um projeto de mudança cultural em uma organização, é importante que as principais mensagens venham diretamente do principal executivo da organização,

que empresta sua autoridade para o projeto. Um programa de implementação não pode concorrer da mesma maneira em priorização com outros projetos, ainda que estratégicos. Então, um programa deste não é um programa do RH ou da área de estratégia, deve ser visto como sendo do CEO. Até porque se o CEO não der atenção aos OKRs, os demais darão menos atenção ainda.

2. Achar que funciona na sua organização do jeito que funcionou em outra: Há princípios básicos que precisam ser seguidos e respeitados, mas a forma de fazer isso vai variar em cada organização, dependendo, inclusive, da velocidade em que se apreende os novos conceitos, o que também varia de área para área.

3. Não acompanhar os OKRs definidos: O acompanhamento deve ser regular, conforme o que foi definido na implantação da ferramenta, seja semanal, quinzenal ou mensal. O time dos OKRs deve acompanhar, de acordo com a frequência definida, fazer reuniões de trabalho, e o alinhamento com o time executivo deve acontecer pelo menos uma vez por mês. O responsável pelo OKR,

sempre haverá um, tem que estar presente constantemente, não pode acompanhar "de longe".

4. Culpar as pessoas por OKRs não atingidos: Um OKR pode não ser atingido por falta de conhecimento do negócio, como em um processo/projeto de inovação e, do ponto de vista de uma nova ferramenta, o processo de aprendizado leva pelo menos dois ciclos trimestrais para que as pessoas comecem a se familiarizar, a se apropriar dos novos conceitos. Até lá, haverá importantes aprendizados a serem feitos nas reuniões de lições aprendidas no final de cada ciclo. E erros sempre acontecerão, é preciso, sobretudo, aprender com eles.

5. Definir OKRs em temas que não são prioridades: Esse é um daqueles erros comuns e é um contrassenso na origem da aplicação dos conceitos. Outro erro é, mesmo sendo prioridade, achar que vai sair "sozinho", sem atenção direta do management. Se são temas de execução da estratégia, o management tem que acompanhar, inclusive porque os OKRs normalmente envolvem metas muito ambiciosas, novamente se

fazendo necessário o apoio do management para evoluir a contento.

Por fim, os cinco pontos-chaves para o sucesso na implantação do OKR, são:

1. Envolvimento do CEO e do time executivo;
2. Realização de um piloto;
3. Disciplina de acompanhamento;
4. Ajuste do programa ao longo do tempo, conforme amadurecimento da organização no tema;
5. Capacitação de facilitadores para perenização e multiplicação do conhecimento na organização.

PEDRO SIGNORELLI é um dos maiores especialistas do Brasil em gestão, com ênfase em OKRs. Já movimentou com seus projetos mais de R\$ 2 bi e é responsável, dentre outros, pelo case da Nextel, maior e mais rápida implementação da ferramenta nas Américas. Mais informações acesse: www.gestaopratica.com.br/



Não há uma "nova economia"

Patricia Punder (*)

ESG (Environmental, Social and Governance) faz parte das notícias diariamente. Empresas, mesmo sem saber a profundidade e o nível de responsabilidade que a implementação de um Programa de ESG requer, resolveram que agora o possui. Alguns economistas dizem que ESG é essencial para as empresas e que não irão sobreviver sem a sua implementação.

Muitos dos argumentos acima são pertinentes, mas outros demonstram a falta de conhecimento sobre o tema, principalmente, por ser transversal em relação a matérias importantes como economia, política, história, sociologia. Não estamos diante da "nova economia", mas sim da evolução da economia.

É importante notar que a evolução da economia não é linear e que diferentes partes do mundo experimentam suas diversas fases de

maneira diferente e em momentos distintos, sendo moldada por diversos fatores, tais como, avanços tecnológicos, mudanças demográficas, políticas governamentais e questões globais emergentes. Além disso, desafios econômicos, como guerras, recessões, crises financeiras e pandemias podem ter um impacto significativo na trajetória econômica global, esta que desempenha um papel crítico na capacidade das empresas e investidores de adotar e promover Programas de ESG.

Uma economia forte e saudável pode criar um ambiente propício para o investimento em iniciativas sustentáveis e responsáveis, enquanto uma em crise pode apresentar desafios adicionais. No entanto, a conscientização que o mundo necessita evoluir e muito em seu processo produtivo, criando alternativas de geração de empregos por meio de uso de energia limpas são essenciais para todo o mundo.

Realmente, não é possível apertar um botão e literalmente desligar nossas atuais matrizes energéticas que, infelizmente, são poluentes. Mas, temos que ser ágeis e agressivos nos investimentos de novas matrizes de energia e processos produtivos mais limpos. Ademais, os trabalhadores também terão que aprender a trabalhar com as novas tecnologias e processos de produção.

Não podemos continuar com a mentalidade da economia industrial, que provocou desastres ecológicos, deixou rios e cidades totalmente poluídos, prejudicando significativamente a qualidade de vida de seus habitantes.

Uma administração sustentável refere-se a um modelo econômico que busca atender as necessidades atuais das sociedades, das empresas, das comunidades, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades. Temos que nos perguntar qual o legado que estamos deixando para as próximas gerações? É importante ressaltar de que o ecossistema do planeta está em constante mudança por fatores externos causados a eles, ou seja, ações humanas geram mudanças, muitas vezes, irreversíveis ao meio ambiente. Portanto, é imprescindível compreender que esse modelo governamental foi projetado para minimizar os impactos negativos no meio ambiente, promover justiça social e garantir estabilidade econômica a longo prazo.

A transição para uma economia sustentável é um desafio global que requer a cooperação de governos, empresas e indivíduos. Entretanto, cabe lembrar que não faz muito tempo que o mundo saiu de uma pandemia, onde houve milhões de causalidades como morte e sequelas. Agora, em 2023, o mundo enfrenta 2 grandes guerras que afetam diretamente essa transição, uma vez que o custo financeiro e humano dos conflitos armados é imensurável.

Existe uma urgência para que ocorra a transição para uma administração sustentável no mundo, pois já estamos sentindo as consequências devido ao aquecimento global. Enchentes, secas, terremotos e incêndios têm ocorrido em diversos lugares do mundo onde não aconteciam no passado.

Embora, a transição apresenta desafios significativos, principalmente a boa vontade de muitos governantes dos países mais poluídos, também oferece oportunidades para o desenvolvimento econômico mais equitativo e duradouro. É imprescindível que exista uma maior conscientização sobre os impactos das mudanças climáticas e a importância da sustentabilidade para impulsionar ações em direção a esse objetivo compartilhado em todo o mundo.

Não existe outro caminho, a economia deve evoluir. Não podemos mais aceitar segmentos econômicos que são reativos, pois ainda vivem a ilusória gestão do lucro a curto prazo. Ou governos que desejam permanecer como estão, pois acreditam que os investimentos serão elevados, principalmente na infraestrutura e tecnologia, quando podem absorver este dinheiro com corrupção.

Estamos em um momento de inflexão e único na história. Sem uma transição drástica dos governos atuais, há uma enorme probabilidade de, nos próximos séculos, extinguirmos os recursos naturais e prejudicarmos o ecossistema a um nível irreparável para habitação dos seres humanos.

PATRICIA PUNDER, é advogada e compliance officer com experiência internacional. Professora de Compliance no pós-MBA da USFSCAR e LEC – Legal Ethics and Compliance (SP). Uma das autoras do "Manual de Compliance", lançado pela LEC em 2019 e Compliance – além do Manual 2020. Com sólida experiência no Brasil e na América Latina, Patricia tem expertise na implementação de Programas de Governança e Compliance, LGPD, ESG, treinamentos; análise estratégica de avaliação e gestão de riscos, gestão na condução de crises de reputação corporativa e investigações envolvendo o DOJ (Department of Justice), SEC (Securities and Exchange Commission), AGU, CADE e TCU (Brasil). www.punder.adv.br



Jornal
IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Rua Capitão Iporá, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT
Telefone: 65 99696-6688

DEMISSÃO EM MASSA

Prefeito Emanuel Pinheiro exonerou todos os servidores em cargos comissionados ou funções de confiança da Secretaria Municipal de Saúde

Decreto "passa facção" na Saúde

Gilberto Leite | Estádio Mato Grosso

Da Redação

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro, editou o Decreto 10.028/2023, na manhã de terça-feira (2), que dispõe sobre a exoneração dos titulares dos cargos comissionados e funções de confiança da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá e da Empresa Cuiabana de Saúde Pública. A Prefeitura de Cuiabá retomou à gestão da Saúde Pública da capital mato-grossense no dia 1º de janeiro após Termo de Ajustamento de Conduta que encerrou o período de atuação do gabinete de intervenção do Estado na data de 31/12/2023.

A medida considera a necessidade de adequação do quadro de funcionários.

Por meio do Decreto ficam exonerados todos os servidores nomeados até o dia 31 de dezembro de 2023, nas estruturas administrativas da SMS e ECSP, os ocupantes de qualquer cargo de natureza política, ocupantes em cargo em comissão com vínculo com o serviço público e seus equivalentes e ocupante dos demais cargos em comissão sem vínculo com o serviço público e ainda o servidor público ocupante de função de confiança.

De acordo com Parágrafo Único do Decreto, a exoneração de que não exclui a responsabilidade de repassar aos novos titulares a atual situação em que a unidade se encontra. Os titulares dos órgãos de que trata o caput do art. 1º devem

providenciar o registro do presente Decreto nos assentamentos funcionais dos servidores alcançados pelo mesmo. Já os servidores exonerados que tenham vínculo efetivo com o Poder Municipal deverão retornar automaticamente a lotação de origem.

O Decreto será publicado na Gazeta Municipal de Cuiabá.

Por determinação do prefeito Emanuel Pinheiro para assegurar o atendimento nas unidades de saúde foram nomeados para atuação em regime de plantão o especialista em Saúde, Oscarlino Alves e o médico Anderson Torres. Ambos são responsáveis por detalhar em relatório o atual cenário das unidades de saúde após o período interventivo.



Emanuel editou o decreto 10.028/2023 que dispõe sobre a exoneração dos titulares dos cargos comissionados e funções de confiança

GUERRA DOS MODAIS

TCE proíbe Emanuel de atrapalhar obras do BRT

Da Redação

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT) atendeu ao pedido do Governo de Mato Grosso e proibiu o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), de tentar atrapalhar as obras para implantação do Ônibus de Trânsito Rápido (BRT, na sigla em inglês). A decisão foi dada na terça-feira, 2 de janeiro, pelo conselheiro Valter Albano.

Na ação, o Governo do Estado relatou que o prefeito Emanuel está colocando obstáculos para

impedir o andamento das obras, "fazendo ameaças e demonstrando sérias intenções de inviabilizar o referido empreendimento", fato que foi comprovado por declarações públicas e matérias publicadas no próprio site da Prefeitura.

"Defiro a tutela de urgência incidental inibitória em favor do Governo do Estado de Mato Grosso, a fim de determinar que o Município de Cuiabá se abstenha de praticar qualquer medida que dificulte ou impeça as obras referentes a implantação do BRT na

Capital mato-grossense, em observância ao Acórdão 10/2023-PV e ao julgamento singular 570/SR/2023, sob pena de responsabilização", diz trecho da decisão.

Ao acatar o pedido, o conselheiro Valter Albano lembrou que não é a primeira vez que o prefeito tenta "inviabilizar o início das obras de implantação do BRT", usando argumentos que já foram recusados judicialmente.

Albano verificou que todos os trâmites para a continuidade das obras, que também ocorrem

em Várzea Grande, estão sendo cumpridos dentro da lei, ao contrário do que alega a Prefeitura.

"Relembro essas situações a fim de caracterizar a intenção deliberada do Município de Cuiabá de obstaculizar a continuidade da implantação do BRT, ante a recusa de acatar as decisões deste órgão de controle externo e até mesmo do STF", pontuou.

O conselheiro ainda destacou que todas as representações da Prefeitura contra o Governo, que tiveram as obras do BRT como objeto,

já foram negadas pelo TCE, tendo em vista "a ausência de indícios de ilegalidade na tomada de decisão pela tecnologia BRT e nos procedimentos da respectiva contratação, e a inexistência de indícios de prejuízos à competitividade e/ou conflito de interesses RDCi 047/2021 e Contrato 052/2022, os quais obedeceram as disposições da Lei 12.462/2011".

De acordo com o conselheiro, a postura de Emanuel tem impedido o Estado de cumprir os ordens do próprio TCE, que determinou rapidez para iniciar "os serviços das etapas preliminares à implantação do modal BRT".

"Ambas as recomendações, entretanto, encontram entraves para cumprimento, em face das ações da Prefeitura de Cuiabá, que se nega a expedir alvarás, repita-se, com argumentos amplamente superados por este Tribunal de Contas, em deliberada e ostensiva afronta às decisões deste órgão de controle externo", registrou.

Desta forma, para Valter Albano, ficou clara "a intenção da autoridade política municipal de não permitir a continuidade do procedimento

de implantação do BRT em Cuiabá", uma vez que chegou a tentar ingressar com pedido para a construção do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal.

"Não se pode deixar de mencionar que as obras anteriormente previstas para implantação do sistema de Veículo Leve sobre Trilhos - VLT, depois de aproximadamente 10 anos do seu início sem conclusão, resultaram apenas e tão somente em caos, transtornos e tragédias à população várzea-grandense e cuiabana, além de enormes prejuízos aos cofres públicos. Entendo que preferências pessoais e constantes demandas realizadas no âmbito da competência jurisdicional não podem se sobrepor ou obstar o relevante interesse público desse aglomerado urbano ter, de maneira mais célere possível, uma obra dessa magnitude, atestadamente legal e viável, que será capaz de minimizar os inúmeros problemas de transporte público nas municipalidades de Várzea Grande e Cuiabá", decidiu.



O Governo do Estado relatou que o prefeito Emanuel está colocando obstáculos para impedir o andamento das obras

TOMA LÁ, DÁ CÁ

Secretário e Sintep trocam farpas

Da Redação

O secretário de Estado de Educação, Alan Porto, afirmou na manhã de quinta-feira, 4 de janeiro, que o Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT) não está preocupado em discutir os reajustes salariais dos professores. A resposta veio rapidamente, com o Sintep chamando o secretário de "caloteiro" e dizendo ele foge dos debates há mais de um ano.

O secretário enfatizou que a formação do profissional é tão importante quanto o salário dos professores, assim como o a infraestrutura e a modernização das

escolas. Ele afirma que a Revisão Geral Anual (RGA) foi paga em dia aos professores e que recentemente os servidores receberam uma gratificação.

"As reuniões aconteceram. Ano passado aconteceu e nós falamos de vários assuntos, inclusive da Educação 10 Anos". O problema é que o sindicato não está preocupado em dialogar sobre a valorização salarial, sobre a modernização, sobre as estratégias para melhorar de fato o ensino e a aprendizagem. A gente sempre está aberto para o sindicato, para dialogar, para construir políticas conjuntamente", afirmou Porto.

A declaração foi feita durante a apresentação dos dados do Indicador do Processo de Ensino e Aprendizagem (Ipea-MT) de 2023 e causou revolta no presidente do Sintep, Valdeir Pereira. Em nota divulgada durante a tarde, Valdir fala que o secretário produziu uma "fake news" e que nunca recebeu resposta da Seduc sobre os pedidos do sindicato.

"Lamentavelmente e mais uma vez o secretário falta com a verdade e fabrica factóide com divulgação de fake news. Na realidade esse tem sido o perfil da Secretaria de Educação. Fomos recebidos pelo 3º

escalão, que falavam que iriam levar as reivindicações para o secretário, mas nunca tivemos uma resposta oficial dos pontos debatidos com a SEDUC. Portanto, a engenharia da SEDUC é não estar aberta ao diálogo e ainda tenta, com inverdades, alegar que é o Sintep-MT que não tem interesse em debater as pautas", disse o presidente.

Em relação à Revisão Geral Anual (RGA), o presidente do Sintep destacou que há um calote da Seduc com os professores, pois ainda existe um atraso no pagamento da revisão referente aos anos de 2018, 2019 e 2020.



O secretário de Estado de Educação, Alan Porto

PROIBIÇÃO DA PESCA

A medida, que proíbe o armazenamento, comercialização e transporte, afeta diretamente cerca de 15 mil famílias de pescadores no estado

Transporte Zero entra em vigor

Gilberto Leite | Estádio Mato Grosso

Gabriel Soares

Apesar de ser questionada em um par de ações que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF), a Lei do "Transporte Zero" entrou em vigor em Mato Grosso nesta segunda-feira, 1º de janeiro de 2024. A norma proíbe o armazenamento, comercialização e transporte de peixes dos rios de Mato Grosso pelo prazo de cinco anos. A medida afeta diretamente cerca de 15 mil famílias de pescadores em Mato Grosso.

Segundo o Governo do Estado, que propôs a lei, a proibição busca evitar a extinção do estoque pesqueiro de Mato Grosso. No entanto, a medida é questionada pelos pescadores, entidades civis, partidos políticos e até pelo Ministério da Pesca.

Durante os três primeiros anos de proibição, o Estado deve pagar

um auxílio financeiro aos pescadores artesanais, que têm na pesca seu único sustento. O valor do benefício foi estipulado em um salário mínimo e não será pago durante o período de defeso, a Piracema, já que neste período os pescadores são atendidos pelo seguro desemprego.

No entanto, a legalidade do Transporte Zero é questionada em duas ações que tramitam no STF, movidas pelos partidos MDB e PSD. A ação que se encontra em estágio mais avançado é a movida pelo MDB, que já recebeu pareceres da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Procuradoria-Geral da República (PGR). Os dois órgãos se mostraram contrários à lei estadual.

Em seu parecer, a procuradora-geral da República, Elizeta Maria de Paiva Ramos, considera que houve "restrição exacerbada,

desarrazoada e desproporcional" na proibição pelo prazo de cinco anos. Ela aponta que a medida impacta o estilo de vida das comunidades ribeirinhas, afetando também o sustento econômico dos pescadores artesanais, o que fere o direito fundamental de liberdade do exercício profissional.

Ramos aponta ainda que o Governo do Estado e a Assembleia Legislativa não apresentaram estudos técnicos necessários para justificar a proibição, limitando-se a explicar sua necessidade nos autos do processo. Por outro lado, a PGR indica que o Ministério da Pesca apresentou nota técnica que comprova a desnecessidade da proibição, bem como os impactos negativos da medida na vida de mais de 15 mil famílias que sobrevivem da pesca em Mato Grosso.



Segundo o Governo do Estado, que propôs a lei, a proibição busca evitar a extinção do estoque pesqueiro de MT

ANO LETIVO 2024

Matrículas para a rede estadual começam no dia 8

Rayane Alves | Seduc-MT

A Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT) redefiniu o período de matrículas web para o ano letivo de 2024. As matrículas, que começariam no dia 28 de dezembro, passaram para os dias 8 e 9 de janeiro. Os estudantes das escolas de educação especial e das escolas militares terão datas diferentes para se matricularem.

Para os estudantes Público-Alvo da Educação Especial (PAEDE) das unidades escolares de Cuiabá, as matrículas acontecem de 11 a 19 de janeiro. Nos demais municípios, será de 12 a 19 de janeiro.

Nas 26 escolas militares, o período de matrícula é de 8 a 12 de janeiro. As unidades possuem quase 18 mil estudantes matriculados e realizaram um exame seletivo no dia 26 de novembro para preencher 4.485 novas vagas em 2024.

O secretário de Estado de Educação, Alan Porto, destacou as conquistas alcançadas ao longo do ano. Segundo ele, a consolidação das 30 políticas educacionais e das mais de 130 ações do Plano Educação 10 Anos são evidências de que a rede estadual de ensino está no caminho certo.

Com as metas estabelecidas pelo Plano Educação 10 Anos, a Seduc espera estar entre as redes públicas mais bem avaliadas do país até 2032.

"A Seduc e as escolas estaduais seguem empenhadas em garantir o acesso e a permanência dos estudantes na rede de ensino, contribuindo assim para o desenvolvimento educacional e social de Mato Grosso", finalizou o secretário.

As 648 unidades escolares voltam com as aulas na rede estadual de ensino no próximo dia 5 de fevereiro.

TERRA NOVA

Nova licitação concede quiosques em praça

Davi Valle | Pref. de Cuiabá



A licitação ocorrerá por meio da modalidade pregão eletrônico, onde a negociação ocorre somente pela internet

Da Redação

A Prefeitura de Cuiabá, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, Trabalho e Desenvolvimento Econômico, republicará nos próximos dias o edital do processo licitatório para concessão onerosa dos oito quiosques públicos da praça central do Terra Nova. Os espaços, localizados na avenida principal do bairro, serão exclusivamente destinados a serviços de alimentação, como bares, restaurantes, lanchonetes e similares.

A licitação ocorrerá por meio da modalidade

pregão eletrônico, onde a negociação ocorre somente pela internet e tem como objetivo principal promover a competitividade e transparência no processo.

O objetivo da ação é legitimar e democratizar a ocupação dos espaços públicos da Capital. Após o lançamento do edital, os interessados terão 8 dias para encaminhar os lances e ofertas. No final do prazo estipulado pelo certame, será publicada a homologação do resultado final do pregão.

PRAÇA REVITALIZADA - Com o objetivo de fomentar o comércio local, em 2020, o pre-

feito Emanuel Pinheiro entregou a reforma da praça pública do bairro Terra Nova, que em setembro deste ano completará 35 anos de fundação.

O espaço é tradicionalmente utilizado pela população e conta com pista de caminhada, iluminação de LED, bancos e lixeiras, uma academia ao ar livre e playground para as crianças. A praça ainda recebe mensalmente serviços de jardinagem e paisagismo, com o objetivo de torná-la agradável e acolhedora para as famílias que frequentam a localidade

SAÚDE DE CUIABÁ

Juiz bloqueia contas da Prefeitura de Cuiabá

Cátia Alves

O juiz federal plantonista Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza, da 3ª Vara Cível da Justiça Federal em Mato Grosso, determinou o bloqueio das contas da Prefeitura de Cuiabá na quinta-feira, 4 de janeiro. O motivo seria a falta de repasses ao Hospital Geral, por parte do Gabinete de Intervenção do Estado, durante os meses de outubro e novembro do ano passado.

No processo movido contra o município de Cuiabá, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Cuiabá - Hospital Geral - aponta que não foram repassados o valor de R\$ 4.775.737,27, referentes aos meses de outubro (serviços hospitalares de alta complexidade) e novembro (contratualização pré-fixada). O valor já teria sido repassado pelo Fundo Nacional da Saúde, mas não foi transferido.

Os valores, segundo a Associação, deveriam ter sido pagos até o dia 14 de dezembro, mas não aconteceu. Em decisão, o juiz plantonista de-

terminou o bloqueio das contas devido ao atraso no pagamento.

"O Ministério Público Federal, diante do silêncio da municipalidade, e antes que se decida sobre o bloqueio de valores, requereu a intimação da interventora, Danielle Pedrossi Dias Carmona Bertucini, atual gestora da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá (ID 1918722154)", diz trecho.

Segundo o juiz, a União informou que realizou a transferência mensal dos recursos ao Fundo Municipal de Saúde de Cuiabá, não podendo ser responsabilizada por eventuais atrasos. Já a Prefeitura não teria atendido ao comando judicial para se manifestar nos autos, pois ainda estava sob intervenção.

Em nota, a Prefeitura afirmou que já havia firmado acordo judicial em audiência realizada em 29/11/2022, no qual o Município se comprometeu a realizar os repasses regularmente (o valor pré-fixado até o 5º dia útil após o repasse da União e o pós-fixado dentro do cronograma da União, presente nos

autos, sendo efetivado em até 60 dias do vencimento da competência).

Diante disso, a interventora foi intimada para se manifestar nos autos acerca dos atrasos, devendo efetuar imediatamente os repasses no prazo de cinco dias. Na decisão, consta que a interventora não determinou o pagamento. Carmona chegou a declarar que havia repassado mais de R\$ 30 mi-

lhões aos filantrópicos e que entregou a Saúde ao Município de Cuiabá sem deixar nenhum passivo.

"Em razão dessa inércia e da prova de que houve o efetivo repasse do Fundo Nacional de Saúde ao Município de Cuiabá em 05/12/2023, e que esse ente deixou de efetuar a transferência dos recursos no prazo, defiro o pedido de sequestro judicial (via Sis-

bajud) dos valores incontroversos no importe de R\$ 4.775.737,27, que deverá ser realizado nas contas correntes no Município de Cuiabá ou diretamente no Fundo Nacional de Saúde (teto MAC) do Município de Cuiabá, os quais deverão ser transferidos diretamente para a conta bancária da ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CUIABÁ", determinou.

Gilberto Leite | Estádio Mato Grosso



3ª Vara Cível da Justiça Federal em Mato Grosso, determinou o bloqueio das contas da Prefeitura de Cuiabá. O motivo seria a falta de repasses ao Hospital Geral